



REVISTA INTERDISCIPLINAR ENCONTRO DAS CIÊNCIAS
V.1, N.1, 2018

A HISTÓRIA COMO PROCESSO: NARRATIVA HISTÓRICA, MODERNIDADE E RAZÃO DO OCIDENTE NO PENSAMENTO DE VOLTAIRE

THE HISTORY AS PROCESS: HISTORICAL NARRATIVE, MODERNITY AND WESTERN REASON IN THE THOUGHT OF VOLTAIRE

| Viviane da Silva Araujo¹ |

RESUMO

Este artigo analisa o conceito moderno de História tal como definido pelo filósofo francês François-Marie Arouet, mais conhecido simplesmente como Voltaire, em seu Dicionário Filosófico, publicado em 1764. A análise parte de uma apreciação mais minuciosa do verbete História, no qual Voltaire define quais seriam os princípios fundamentais da escrita da História para que esta fosse pertinente ao conhecimento da verdade e ao desenvolvimento da razão; bem como do verbete cadeia dos acontecimentos, no qual o filósofo acrescenta uma característica central a esta moderna concepção da História: a importância de se buscar sua linha mestra, isto é, de encontrar a lógica oculta que estaria regendo eventos aparentemente desconexos entre si. Por meio dessa análise, objetiva-se compreender as aproximações entre o moderno conceito de História e o projeto iluminista de formação do homem para o exercício do senso crítico e auto aperfeiçoamento; projeto iluminista que, embora se fundamentasse a partir de uma perspectiva ocidental ou, mais precisamente, da experiência da modernidade europeia do século XVIII, entendeu a si próprio como um processo universal, pretensamente capaz de abarcar toda a história da humanidade em todos os tempos e espaços.

PALAVRAS-CHAVE

História. Processo. Iluminismo. Ocidente.

ABSTRACT

This article analyzes the modern concept of History as defined by the French philosopher François-Marie Arouet, known simply as Voltaire, in his Philosophical Dictionary, published in 1764. The analysis starts from a more detailed appreciation of the entry History, in which Voltaire defines what would be the fundamental principles of the writing of History so that it was pertinent to the knowledge of the truth and to the development of reason; as well as the chain of events, in which the philosopher adds a central characteristic to this modern conception of history: the importance of searching for its master line, that is, of finding the hidden logic that would be governing apparently disconnected events between them. Through this analysis, the objective is to understand the approximations between the modern concept of History and the Enlightenment project of formation of man for the exercise of critical sense and self improvement; which, although based on a Western world perspective or, more precisely, on the experience of eighteenth-century European modernity, understood itself as a universal process, supposedly capable of embracing the whole history of humanity at all times and spaces.

KEYWORDS

History. Process. Enlightenment. Western world.

INTRODUÇÃO

“A História é a narração de fatos considerados verdadeiros, ao contrário da fábula, narração de fatos considerados falsos” (VOLTAIRE, 1978, p. 203). Foi com esta afirmativa que o filósofo francês François-Marie Arouet, mais conhecido pelo pseudônimo Voltaire, iniciou o verbete História, de seu Dicionário Filosófico. A obra foi publicada em 1764, mas começou a ser produzida em 1752, na forma de panfletos, cujos primeiros verbetes redigidos foram Abraão, Alma, Ateu, Batismo, Juliano e Moisés. No total, a obra conta com 118 verbetes. Os dicionários e enciclopédias foram um formato muito difundido neste período, cujo exemplo mais emblemático é o da Enciclopédia de Diderot e D’Alembert, publicada em 35 volumes entre 1751 e 1772. Para Voltaire e outros intelectuais iluministas, seus textos deveriam auxiliar a propagação de uma verdadeira revolução espiritual, fundamentada no exercício da razão e do pensamento crítico e livre, permitindo com isso que não só os intelectuais mas, principalmente, que o homem comum pudesse se livrar dos preconceitos e da sujeição aos poderes estabelecidos pela autoridade e pelas crenças tradicionais civis e eclesiásticas, consideradas ridículas e irracionais pelo pensamento iluminista.

A opção pela forma de um dicionário tornava os textos independentes entre si, permitindo que estes pudessem ser lidos sem que necessariamente sua sequência alfabética fosse seguida. Apesar de sua forma diferir de outras obras produzidas por Voltaire, o Dicionário Filosófico, como afirma Christine Santana, está de pleno acordo com “o estilo voltairiano; sobrecarregado pedagogicamente, já que seu autor deseja, através de sua pena, educar” estando, por isso, preocupado “mais com o bem pensar do que com o bem escrever, uma vez que o primeiro, conseqüentemente, levará ao segundo”. (SANTANA, 2009, p. 58)

O objetivo central do dicionário de Voltaire era, portanto, comum ao projeto do Iluminismo para a civilização humana, e correspondia ao propósito de educar/formar o homem para a felicidade e para o bem comum por meio da liberdade de pensamento, do senso crítico e da possibilidade do auto aperfeiçoamento, com base no primado da razão. O surgimento dessa perspectiva civilizatória na Europa do século XVIII se tornou um marco da modernidade no Ocidente que, embora fundamentasse esta nova maneira de entender o tempo, a natureza, o homem e os seus feitos, a partir de um ponto de vista ocidental, concebia seus próprios valores como se estes fossem universais.

Para os objetivos do presente artigo, será analisado o verbete História, no qual o filósofo apresenta as principais características que definiam os fundamentos gerais, bem como os métodos e o estilo de escrita da História, para que estes fossem condizentes com o primado iluminista da razão, isto é, para que se caracterizasse como um conceito de História essencialmente moderno. E, a

fim de complementar as ideias apresentadas neste verbete, será analisado também aquele intitulado cadeia dos acontecimentos, especialmente no que se refere à noção cara a esta concepção moderna de História, ligada à busca pela lógica oculta que estaria regendo acontecimentos aparentemente desconexos.

Colocando em xeque a validade de antigos pressupostos da narrativa histórica, como o caráter exemplar das histórias dos grandes homens e dos grandes feitos do passado, o filósofo apresenta outras máximas que deveriam nortear o papel da História na contemporaneidade. Três destas máximas serão analisadas mais detidamente neste artigo. Em primeiro lugar, a de que a História só pode e deve lidar com a verdade e, para tanto, serão consideradas as características específicas do que significava verdade histórica para Voltaire; em seguida, aborda-se a noção de que a História, a partir de uma nova percepção do tempo, retilínea e não mais circular, embora não se prestasse mais à função de servir como coletânea de ensinamentos, ainda assim seria capaz de ter um papel ativo na educação do gênero humano; e, enfim, será analisado o nascimento no século das Luzes da noção desenvolvida por Voltaire e outros pensadores contemporâneos, da História simultaneamente como processo de desenvolvimento da razão humana e da apreensão deste mesmo processo.

A VERDADE NA NARRATIVA HISTÓRICA ANTIGA E MODERNA

De acordo com uma concepção moderna que se desenvolve na Europa partir do século XVIII, a História – narração de fatos considerados verdadeiros, contrária à fábula, narração de fatos considerados falsos, segundo Voltaire – entre outras características, opõe-se à fábula pela sua exposição exclusiva dos fatos considerados verdadeiros, abandonando assim todo tipo de invenção e rejeitando a narrativa de acontecimentos fantásticos, tão maravilhosos quanto absurdos, que caracterizaram as histórias das origens tanto das nações antigas quanto modernas. Para o filósofo, devido à perda da clareza das distinções entre verdade e fábula com o passar das gerações, narrou-se um Egito governado durante séculos por deuses e semideuses; ou um nascimento de Roma, a despeito da seriedade dos romanos – segundo suas próprias palavras –, que narra Rômulo como filho de Marte, amamentado por uma loba, o qual teria marchado com mil homens da aldeia de Roma contra os vinte e cinco mil combatentes da aldeia dos sabinos, tornando-se um deus.

É importante salientar ainda que a necessidade de demarcar a distinção entre História e fábula a qual Voltaire se dedica não está ligada apenas ao caráter falso, fantástico ou absurdo que caracterizaria a fábula, contraposto ao verdadeiro, plausível ou provável da História. Isto é, o equívoco da aproximação entre História, como relato do verdadeiro, e da fábula, como relato da

inverdade, estava mais associado à irracionalidade do relato mítico do que à inverdade da forma poética ou da literatura ficcional.

Os gregos sabiam distinguir muito bem a fábula e a história, os fatos reais e os contos de Heródoto, tanto assim que seus oradores, ao falarem de assuntos sérios, nunca empregavam os discursos dos sofistas nem as imagens dos poetas. (VOLTAIRE, 1978, p. 205).

Embora Voltaire tenha afirmado sua percepção de que “imperava o maravilhoso ridículo na história dos gregos”, ainda assim, no mesmo texto do verbete História, o filósofo reconhece que os gregos sabiam diferenciar muito bem entre os fatos verdadeiros e os inventados. Por isso, quando colocada no hall dos “assuntos sérios” e empenhada em contar os fatos reais, a narrativa histórica não admitia o emprego dos discursos dos sofistas nem as imagens literárias dos poetas. Apesar das histórias de Heródoto e, principalmente, de Tucídides tentarem se afastar do conteúdo mítico da poesia épica de Homero, estas ainda tinham suas especificidades pouco desenvolvidas em relação à épica e aos gêneros poéticos para um analista do século das Luzes. Para o historiador Hayden White, contudo, os intelectuais do século XVIII sabiam distinguir três espécies de historiografia: a fabulosa, a verdadeira e a satírica, concebendo a historiografia fabulosa como produto de pura invenção, na qual os fatos narrados eram organizados e apresentados com o intuito de distrair ou de recreação, conferindo uma aparência de realidade àquilo em que a imaginação desejava acreditar (Cf. WHITE, 1992 p. 63).

Desse modo, pode-se dizer que Voltaire estava consciente de que a busca pelo que realmente aconteceu, próprio do gênero histórico, mesmo em Heródoto, seria consequência da forma de relato escolhida que, neste sentido, diferenciava essencialmente os ofícios do historiador e do poeta. Tal como definiu Aristóteles na Poética, a principal distinção entre história e poesia não residia simplesmente na forma em prosa ou em verso, e sim no fato de que a primeira se dedicava ao particular, enquanto a segunda priorizava o geral, tratando não daquilo que de fato havia acontecido, mas do que poderia acontecer; sendo a poesia, portanto, mais universal e filosófica do que a história.

Pelas precedentes considerações se manifesta que não é ofício de poeta narrar o que aconteceu; é sim o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade. Com efeito, não diferem o historiador e o poeta, por escreverem verso ou prosa [pois que bem poderiam ser postas em verso as obras de Heródoto, e nem por isso deixariam de ser história, se fossem em verso o que eram em prosa], diferem sim em que diz umas coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder. Por isso a poesia é algo de mais filosófico [indicações de modo de vida aplicáveis] e mais sério do que a história, pois refere aquela principalmente o universal, e esta o particular. Por referir-se ao universal entendo eu atribuir a um indivíduo de determinada natureza pensamentos

e ações que, por liame de necessidade e verossimilhança, convêm a tal natureza; e ao universal, assim entendido, visa à poesia, ainda que dê nomes aos seus personagens; particular, pelo contrário, é o que fez Alcibíades ou o que lhe aconteceu (ARISTÓTELES, 2004, p. 43).

Limitado ao que de fato ocorreu, embora obrigado a produzir uma narrativa agradável aos olhos e aos ouvidos tanto quanto os escritores de gêneros poéticos, o historiador grego conhecia o princípio da verdade, mas estava totalmente alheio ao princípio da objetividade, o qual se torna cada vez mais caro para o historiador moderno. E, como afirma Hannah Arendt (2003), mesmo antes do desenvolvimento das novas concepções temporais e científicas do Iluminismo, já nos séculos XVI e XVII, o surgimento de uma razão empírica baseada na observação e na experimentação dos fenômenos, tal como proclamada por Isaac Newton, se ampliava para além dos domínios das ciências naturais e compreendia também o nível dos acontecimentos históricos.

Avançando um pouco além do período ao qual se dedica este estudo, vale a pena ressaltar que a profissionalização do ofício do historiador por meio do emprego de métodos científicos e a institucionalização das cadeiras universitárias de história, no início do século XIX, primeiramente na Universidade de Berlim, em 1810, e na Sorbonne, em 1812, estarão fundadas no entendimento da especificidade da História enquanto ciência, obrigada a desenvolver métodos próprios, diferentes daqueles utilizados pelas ciências naturais, mas ainda assim segundo os padrões científicos de objetividade (Cf. WHITE, 1992, p. 135). Ainda que os próprios cientistas naturais do século XX tenham passado a reconhecer que a pretensa objetividade e a precisão absolutas das ciências da natureza são na verdade amplamente perpassadas pela subjetividade do cientista, que só pode realizar seus experimentos a partir de perguntas formuladas por ele próprio, sob condições prescritas, tornando-se com isso uma das condições para o experimento.

Contudo, como defende Hannah Arendt, tal afinidade entre Ciência da Natureza e Ciência da História não é reconhecida pela a maior parte dos historiadores modernos, pois seu problema central é outro: a confusão entre imparcialidade e objetividade. O princípio da objetividade foi de grande valor para a afirmação dos princípios científicos do fazer historiográfico para um Leopold von Ranke, “pai” de uma concepção historiográfica convicta da importância da abstenção por parte do historiador de conceder louvor ou reprovação àquilo que narrava, sendo assim capaz de manter a distância perfeita a partir da qual poderia acompanhar o curso dos acontecimentos como estes eram revelados pelas fontes documentais. Para Hannah Arendt, a preocupação com a objetividade científica tal como colocada no século XIX deveu-se a uma falta de compreensão de que o verdadeiro problema em jogo não era a anulação do eu, mas o valor da imparcialidade, o que, afinal, já era conhecido pela historiografia grega (Cf. ARENDT, 2003, pp. 81-82).

Evidentemente, Voltaire reconhecia as especificidades que diferenciam a História e a Física, sendo a principal destas distinções a possibilidade de se chegar à verdade nas ciências da natureza e

nas ciências históricas. Por isso, em relação à história das antigas civilizações, afirmou que as únicas épocas passíveis de certificação eram aquelas que possuíam alguns monumentos considerados incontestáveis, muito raros na forma de escrita, e mais comuns na forma de vestígios materiais.

O único meio para conhecer com relativa certeza alguma coisa sobre a história antiga é ver se restam alguns monumentos incontestáveis. Por escrito, dispomos de apenas três: o primeiro é a coletânea das observações astronômicas feitas durante mil e novecentos anos seguidos na Babilônia e enviados à Grécia por Alexandre. (...) O segundo monumento é o eclipse central do Sol, calculado na China 2150 anos antes de nossa era e tido como verdadeiro por todos os astrônomos. (...) O terceiro monumento, bem inferior aos dois primeiros, subsiste nos mármores de Arundel. (...) Estas são as únicas épocas incontestáveis que possuímos a respeito de toda a Antiguidade (VOLTAIRE, 1978, pp. 204-205).

Contudo, embora a materialidade e o crivo do empirismo fossem importantes para fundamentar a veracidade na história, Voltaire indica ainda a probabilidade como um dado importante para o reconhecimento dos eventos históricos verdadeiros. Isto é, a certeza na História tinha uma natureza diferente da certeza na Física: se para a segunda existia a possibilidade de se garantir a certeza por meio da experimentação e da demonstração matemática, para a primeira esta muitas vezes não passava de uma probabilidade. E é por este motivo que a busca pela maior quantidade de testemunhos sobre um determinado evento, lugar ou personagem histórico seria fundamental para uma aproximação da verdade histórica: isto aumentaria a sua probabilidade. Para tanto, Voltaire cita o progressivo aumento dos relatos sobre as terras do Oriente como exemplo da ampliação da certeza histórica sobre estas terras, conhecimentos que ainda não poderiam ser entendidos como verdadeiros nas declarações de Marco Pólo:

Quando Marco Pólo sozinho narrou coisas sobre a China, não pôde ser acreditado. Quando os portugueses, séculos depois, entraram nesse vasto império, começaram a tornar as descrições de Marco Pólo mais prováveis. Hoje todas são certas porque a certeza decorre dos depoimentos unânimes de mais de mil testemunhas oculares de diferentes nações, sem que alguém tenha reclamado contra eles (VOLTAIRE, 1978, p. 207).

Este exemplo denota que para Voltaire um relato considerado falso poderia ser transformado em verdadeiro, ou seja, ao passo que aumentasse o número de provas sobre aquilo que era narrado, seu estatuto poderia se modificar. Conforme o conhecimento sobre a China passou a ser compartilhado por um número cada vez maior e mais diverso de pessoas, e como nenhuma delas desmentia as descrições de Marco Pólo, estas deixavam de ser vistas como fantasiosas. Portanto, a

certeza histórica estaria associada também à unanimidade dos testemunhos, mesmo que se tratasse de eventos considerados estranhos ou incomuns.

HISTÓRIA E EXEMPLARIDADE

“Qual é a história útil?”, perguntou-se Voltaire já respondendo em seguida: é “aquela que nos mostra nossos deveres e direitos sem ter a aparência de nos querer ensiná-los” (VOLTAIRE, 1978, p. 205). É importante destacar que, além de divertir, a historiografia fabulosa criticada pelo filósofo, assim como a poesia épica, além de entreter, possuía também a função de fornecer exemplos do passado como modelos de virtude e de ação a serem seguidos pelos homens do presente. Em geral, a fábula, tal qual a História como concebida antes do giro filosófico ocorrido a partir do Iluminismo, procurou difundir ensinamentos de conduta moral àqueles que lessem ou escutassem tais histórias, e a esta concepção imortalizadora e exemplar de História segundo os modelos gregos, Cícero cunhou a expressão *historia magistra vita*.

Isto não significa que, para Voltaire, a História contada pelos historiadores modernos precisasse abrir mão de uma dimensão pedagógica – afinal, a dimensão pedagógica estava no cerne do projeto civilizatório da Ilustração. Ao contrário, a História deveria ser capaz de ensinar sim, mas não por meio das alegorias utilizadas frequentemente tanto em histórias sagradas quanto profanas, mas pela capacidade deste historiador moderno de oferecer “mais detalhes, fatos mais constatados, datas precisas, autoridades, mais atenção aos costumes, às leis, aos usos, ao comércio, às finanças, à agricultura, à população” (VOLTAIRE, 1978, p. 208). Ao mesmo tempo, segundo esta nova concepção, o historiador se via obrigado a reconhecer as diferenças que separam o passado do presente, o que impede que os exemplos do passado sejam perfeitamente pertinentes para o homem de presente.

Esta distinção entre o passado e o presente, entendidos como momentos dispostos em sequência segundo uma concepção retilínea do tempo, e por isso impossível de voltar atrás – a qual corresponde o conceito moderno de História – difere totalmente da concepção cíclica do tempo a qual corresponde o conceito antigo. Como afirma Hannah Arendt (2003), esta concepção cíclica talvez seja de difícil compreensão para um homem moderno, afinal, alheia a qualquer dimensão processual do tempo e sem atender a pretensões universais, este antigo conceito de História se ocupava em conferir imortalidade ao homem mortal, a fim de que seus sucessos não se perdessem com o passar dos anos. A autora mostra que esta preocupação em tentar reter o glorioso da experiência humana e salvá-lo da mortalidade foi um tema caro entre os gregos: nas Guerras Pérsicas, Heródoto, garantia que o propósito de seu empreendimento era o de preservar aquilo que devia sua existência aos homens para que o tempo não o pudesse obliterar, prestando, dessa forma,

aos extraordinários e gloriosos feitos dos gregos e bárbaros louvor suficiente para assegurar-lhe evocação pela posteridade, fazendo sua glória brilhar através dos séculos.

O que para nós é difícil perceber é que os grandes feitos e obras de que são capazes os mortais, e que constituem o tema da narrativa histórica, não são vistos como parte, quer de uma totalidade ou de um processo abrangente; ao contrário, a ênfase recai sempre em situações únicas e rasgos isolados. Essas situações únicas, feitos ou eventos, interrompem o movimento circular da vida diária no mesmo sentido em que a bós retilinear dos mortais interrompe o movimento circular da vida biológica. O tema da História são essas interrupções – o extraordinário, em outras palavras (ARENDDT, 2003, p. 72).

A prioridade era tratar dos feitos extraordinários e das situações únicas realizadas e vividas por homens igualmente extraordinários porque os grandes homens e suas magníficas ações eram capazes de imprimir uma ruptura no padrão circular da vida biológica, isto é, à contínua perpetuação da espécie humana por meio da procriação. Num universo que parecia se mover muito lentamente e de forma circular – tenha como base o movimento dos astros ou a sucessão das gerações – eram estes grandes e singulares feitos que marcavam a especificidade do homem face à natureza. Porque responsável por conferir perenidade aos grandes feitos humanos, a função do historiador, não estava distante da função do poeta, aproximando Homero não apenas de Heródoto, mas também de Tucídides.

Não apenas o poeta Homero e o contador de estórias Heródoto, mas mesmo Tucídides, que em um estilo muito mais sóbrio foi o primeiro a estabelecer padrões para a Historiografia, diz-nos explicitamente, no início de A Guerra do Peloponeso, ter escrito sua obra por causa da “grandeza” da guerra, e porque “este foi o maior movimento conhecido na História, não apenas dos helenos, mas de uma grande parte do mundo bárbaro... e praticamente da humanidade”. (ARENDDT, 2003, pp. 79-80).

De todas as realizações humanas, aquelas que devem sua existência única e exclusivamente ao homem – tais como as palavras, as ações e os pensamentos – são as obras mais perecíveis. Já aquelas realizações que, embora feitas pela mão humana, devem parte de sua existência às matérias-primas da natureza – como a arquitetura, as obras de arte e os utensílios, por exemplo – em alguma medida possuem uma permanência emprestada daquele “ser-para-sempre” da natureza. As primeiras necessitam do historiador para narrá-las e propagá-las, fazendo com que estas passem a fazer parte do universo mental também daqueles que não estiveram presentes naquele evento. E, além do mais, mesmo para aqueles que presenciaram o acontecimento, a recordação através da memória seria algo tão perecível quanto dos próprios feitos observados. O esquecimento era sinônimo de morte e, por este motivo, a tarefa do historiador e do poeta consistia em fazer homens e acontecimentos grandiosos perdurarem na recordação das futuras gerações.

Estes o faziam “traduzindo práxis e léxis, ação e fala, nessa espécie de poíesis ou fabricação que por fim se torna a palavra escrita” (ARENDDT, 2003, p. 74).

Ou seja, cabia à História, especialmente pelo recurso à palavra escrita, embora não exclusivamente por meio desta, tanto quanto à Poesia a função de dar amplitude aos atos do homem, seja por seu caráter extraordinário e sublime, seja por sua exemplaridade. Neste aspecto, não se observa a diferença estabelecida por Aristóteles entre História e Poesia que vimos anteriormente.

Para o historiador Reinhart Koselleck a historia magistra vita, como uma espécie de receptáculo de múltiplas experiências do passado, as quais os homens do presente poderiam apropriar-se com o intuito evitar a repetição dos erros pretéritos foi a concepção de História que vigorou quase sem interrupção até o século XVIII.

Seu uso remete a uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um continuum histórico de validade geral. A história pode conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e de seus pósteros, mas somente se e enquanto os pressupostos para tal forem basicamente os mesmos. Até o século XVIII, o emprego de nossa expressão permanece como indício inquestionável da constância da natureza humana, cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas (KOSELLECK, 2006, p. 43).

Partindo da noção de um espaço de experiências supostamente contínuo e concebendo a natureza e o homem como instâncias imutáveis, a exemplaridade dos feitos passados somente pôde ser garantida sob este universo que compreendia o homem como um ser dotado de uma natureza constante e o tempo passado como similar ao tempo atual, caso contrário, os modelos seriam falíveis e postos à dúvida. Foi graças a esta noção de continuidade entre o passado e o presente que a ideia de história como mestra da vida perdurou até o Iluminismo.

Exemplares, as histórias proporcionavam modelos para a ação na Terra, o que ocorria também nas histórias bíblicas. Instruir-se para o futuro com o uso dos ensinamentos passados esteve, na antiga concepção de História, situada também no horizonte da esperança de salvação. Embora algumas singularidades importantes possam ser identificadas nas narrativas sagrada e profana.

Segundo as análises do filólogo e crítico literário alemão Erich Auerbach (2002), o personagem Ulisses, de Homero, por exemplo, era o modelo de guerreiro, com sua prudência e astúcia, e não importava que sua querela com Poseidon ou suas incríveis aventuras entre deuses, ninfas e ciclopes fossem inverídicas. Ao refletir sobre a forma da narrativa homérica, Auerbach argumenta que, em relação à exposição que a narrativa faz dos acontecimentos, ela é incapaz de conceber “segundos planos”, ou seja, tudo está dado na superfície e nada permanece encoberto:

(...) o efeito do estilo homérico era o de representar os fenômenos acabadamente, palpáveis e visíveis em todas as suas partes, claramente definidos em suas relações espaciais e temporais. O mesmo ocorre com os processos psicológicos: também deles nada deve ficar oculto ou inexpressão (AUERBACH, 2002, p. 4).

A completude da cena presente, em primeiro plano, garante ao leitor ou ouvinte que não existe nada agindo por trás daquele acontecimento: “ele só conhece o primeiro plano, só um presente uniformemente iluminado, uniformemente objetivo” (AUERBACH, 2002, p. 5). Na narrativa homérica, a exteriorização de todos os pormenores de fatos e personagens traz à luz todas as suas origens e motivações. Por esta razão, não é de se estranhar que uma digressão acerca da origem da cicatriz na coxa de Ulisses pudesse emergir na forma de uma descrição detalhada de suas causas e características, mesmo ocorrendo no clímax de um momento tão decisivo para a trama narrada.

A esta característica da forma homérica, Auerbach contrapõe o obscuro, o implícito e o velado da forma bíblica, na qual todos os acontecimentos que não tenham uma relação absolutamente decisiva para com o plano divino são suplantados:

Não é fácil, portanto, imaginar contrastes de estilo mais marcantes do que estes, que pertencem a textos igualmente antigos e épicos. De um lado, fenômenos acabados, uniformemente iluminados, definidos temporal e espacialmente, ligados entre si, sem interstícios, num primeiro plano (...). Do outro lado, só é acabado formalmente aquilo que nas manifestações interessa à meta da ação; o restante fica na escuridão (...). O todo, dirigido com máxima e ininterrupta tensão para um destino e, por isso mesmo, muito mais unitário, permanece enigmático e carregado de segundos planos (AUERBACH, 2002, p. 5).

No texto do Antigo Testamento, o autor identifica uma pretensão à universalidade, ao desenvolvimento do devir histórico e um aprofundamento dos aspectos problemáticos e obscuros na narrativa. Elementos que, como afirma Koselleck, serão de grande importância para a história teleológica profana nos tempos modernos.

Segundo Koselleck, a história como mestra da vida foi derrubada de sua cátedra quando o movimento das Luzes do século XVIII coordenou de uma maneira nova a relação entre o passado e o futuro. Finalmente, era a “história mesma” que começava a se abrir como um novo espaço de experiência. Aquela que se tornava uma moderna concepção da História conquistava uma qualidade temporal própria, cujos diferentes tempos e intervalos de experiência mutantes puseram em xeque a evidência de um passado exemplar: o passado, como dirá Tocqueville, deixava de lançar sua luz sobre o futuro e o espírito humano andava errante pelas trevas. A frase do historiador francês do século XIX indica o sucesso do novo conceito, este, oculto sob um processo de muitas camadas, se realizava invisível e furtivo, mas, por vezes, repentino e abrupto, e por fim, conscientemente

imposto. Acima das *Historien* – receptáculo de múltiplas histórias singulares – estaria a História, *Geschichte* – na forma de um “singular coletivo” (KOSELLECK, 2006, p. 49).

HISTÓRIA E PROCESSO

Atualmente usa-se a história de um modo muito esquisito. Desenterram-se constituições suspeitas e mal compreendidas, datando da época de Dagoberto, e quer-se que voltem a vigorar mais os costumes, os direitos e as prerrogativas de antanho. Os historiadores que assim procedem seriam como um homem que chegasse à praia e dissesse ao mar: outrora banhavas Águas-Mortas, Frejus, Ravena, Ferrara. Retorna imediatamente para lá! (VOLTAIRE, 1978, p. 207).

Considerando os historiadores de seu tempo homens insensatos que, ao desenterrar constituições, direitos e prerrogativas pretéritas, pretendiam que elas voltassem a vigorar na contemporaneidade, Voltaire acentua a ideia da impossibilidade do presente se apropriar do passado como modelo para as instituições políticas e para a conduta humana. Afinal, se razão mostra que não é viável ao homem ordenar ao mar – que outrora banhava com suas águas Ravena ou Ferrara – que de repente retorne ao local de onde viera, tampouco é racional tentar trazer para o presente direitos e costumes de antanho. Os modelos do passado não mais servem como ensinamento nesta moderna concepção de História pois o tempo passa ser encarado como um fluxo contínuo e retilíneo, como uma corrente que perpassa do passado até o futuro, sem nunca poder retornar, e não mais como algo que se move de forma cíclica, como vimos anteriormente.

Ao oferecer uma alternativa à forma cíclica que possibilitava a utilização das histórias dos sucessos passados como exemplos de moral e virtude, Voltaire e a História Filosófica do século XVIII pretenderam rastrear a unicidade do curso da História e as possibilidades de seu progresso. Dessa forma, tudo teria seu tempo e seu lugar no mundo, e se deveria cumprir as tarefas ordenadas pelo Destino. Nas palavras do filósofo:

Dizem que no presente se partureja o futuro. Os acontecimentos estão encadeados uns nos outros por uma fatalidade invencível: é o Destino que, em Homero, está acima do próprio Júpiter (...). Bastava que um só destes fatos tivesse acontecido de maneira diferente para que um outro universo resultasse daí; ora, não é possível que o universo atual não exista tal qual é: logo, não era possível que Júpiter, apesar de ser quem era, salvasse a vida do filho (VOLTAIRE, 1978, p. 114).

O imenso poder do destino aparece como um aspecto fundamental do argumento de Voltaire ao tratar da cadeia dos acontecimentos. Para o filósofo, o historiador precisava dar conta de duas demandas principais: por um lado, deveria ocupar-se da verdade dos fatos, por outro, não poderia passar desatento pelos motivos ocultos que estavam por trás destes fatos, influenciando o seu destino. Dito de outro modo, era no segundo plano que estava localizado o verdadeiro sentido da

História. Era preciso descobrir e mostrar a lógica não revelada que dotava os sucessos casuais do homem de uma ordem interna.

Tendo como referência o desenvolvimento dessa perspectiva processual do tempo histórico, Koselleck amplia esta análise ao estudar o movimento da crise política desencadeada pela crítica à ordem do Absolutismo no século XVIII como parte dos desdobramentos desta Filosofia da História iluminista, identificada pelo autor como uma espécie de poder indireto, capaz de dissimular a si próprio, seu segredo. Em suas palavras:

Da crítica origina-se a filosofia da história, e ela é a precursora da crise. A especificidade da crise, reconhecida mas também não reconhecida pelos cidadãos, desejada mas também não desejada, repousa na ambivalência do Iluminismo, que se ofusca politicamente na medida em que executa o processo de desmascaramento. (...) A utopia burguesa é o “filho natural” da soberania absolutista.” (KOSELLECK, 1999, pp. 158-159).

Koselleck chama ainda atenção para o fato de que a constituição deste moderno conceito de História, formado no interior da Filosofia da História do século das Luzes, deriva de um novo espaço de experiências decorrente das diversas transformações que sofriam as sociedades europeias de então. Por outro lado, o horizonte de expectativas que se vislumbra como possível a partir desse mesmo espaço de experiências passa a ser visto a partir desse mesmo moderno conceito de História. O futuro já se faz História através dessa perspectiva, destituindo assim seu antigo caráter meramente contingente e, dessa forma, capaz de colocar a moral burguesa em seu pleno direito. Deslocada de sua antiga função de imortalizar os exemplares feitos dos grandes homens, a história agora só poderia ser concebida como filosofia da história, “um processo da inocência que se deve realizar” (KOSELLECK, 1999, p. 160).

Para Hannah Arendt, a noção de processo implicou a partir deste momento uma completa dissociação entre o concreto e o geral, entre os eventos singulares e o significado universal. Para esta moderna acepção da História, o mais importante era o processo em si, adquirindo o “monopólio da universalidade e significação” (ARENDR, 2003, p. 96). Desse modo, foi a partir do século XVIII que a História emergiu como algo que jamais havia sido antes, não mais se compunha dos feitos e maravilhas dos homens e não contava mais as histórias de eventos que afetaram a vida dos homens, mas tornava-se ela mesma um processo conduzido, ainda que não intencionalmente, pelo homem. A concepção moderna da História é assim, para a autora, o único processo global cuja existência se deveu exclusivamente à espécie humana.

Reavaliando tais perspectivas, Ricardo Benzaquen afirma que a História, que, segundo esta concepção moderna, encontrou uma configuração mais acabada no século XIX, buscava encontrar uma maneira de totalizar o processo histórico, mas de modo que preservasse a singularidade dos

vários fatos conhecidos. A narrativa histórica desempenhava, dessa forma, o papel de produzir um tipo particular de totalidade que, posto sob a ideia da diferença, era, contudo, capaz de aceitar uma configuração geral e um padrão (Cf. BENZAQUEN, 1999, pp. 240-241).

Não apenas imerso no universo desse novo conjunto de valores, mas um dos grandes fundadores e propagadores da filosofia da História, Voltaire busca na situação presente da humanidade sublinhar a engrenagem colossal do destino:

Examinai a situação de todos os povos do universo: estabelecem-se desse modo uma sucessão de fatos que parecem não depender de nada e em verdade são consequência de tudo. Tudo é rodagem, roldana, corda, mola, nesta engrenagem colossal. (VOLTAIRE, 1978, p. 114).

Com isso, o filósofo pretende retirar a História do “demasiado humano”, do contingente e do singular absoluto para estabelecê-la como a grande roldana da humanidade. Formulando um problema propriamente filosófico, sua noção de História, tal como apresentada no Dicionário Filosófico ultrapassava a de uma simples sequência de acontecimentos e buscava o progresso da cultura e a organização interna dos elementos diversos por meio do método racional.

Ernest Cassirer destaca que a unidade epistemológica em torno da ideia de razão na filosofia do Iluminismo foi um ponto de convergência entre as ciências da natureza e as ciências do espírito. O método racional, embora partisse de fatos estabelecidos empiricamente, não aceitava estes fatos simplesmente como tais, por isso, não bastava que os fatos estivessem ao lado uns dos outros, era preciso mais: o importante era que eles se encaixassem uns nos outros. Tanto o físico quanto o historiador possuíam a tarefa de descobrir a lei secreta, escondida no fluxo e na pluralidade dos fenômenos. Seguindo esta lógica, a intenção de Voltaire não era a de retratar o individual e o ocasional, mas sim o “espírito dos tempos” e o “espírito das nações”. (CASSIRER, 1997, p. 290).

Ao voltar-se para o passado, o que Voltaire procura não é o passado por si próprio, o seu interesse está localizado no presente e no futuro, argumentando que todos os fenômenos da atualidade possuem sua causa num tempo pretérito. Contudo, faz a importante ressalva de que nem todos os fatos passados têm seus efeitos a ecoar até o fim dos dias. Para usar uma analogia sua “todos têm pais, mas nem todos têm filhos” (VOLTAIRE, 1978, p. 115). Dessa forma, Voltaire estabelece uma hierarquia de importância entre os acontecimentos: no topo estão aqueles que tiveram os efeitos mais decisivos para a posteridade, ou seja, aqueles que seriam dignos da História, todos os demais eram bem menos relevantes. O exemplo de um acontecimento banal que acabaria tendo como consequência algumas grandes vitórias de Filipe V torna claro este ponto:

Milorde Bolingbroke confessa que as ridículas questões da sr.a de Marlborough com a sr.a Masham lhe deram ensejo de celebrar o tratado privado da

rainha Ana com Luís XIV: esse tratado ocasionou a paz de Utreque; essa paz de Utreque consolidou Filipe V no trono da Espanha; Filipe V tomou Nápoles e a Sicília à Casa de Áustria; o príncipe espanhol, que é hoje rei de Nápoles, deve evidentemente o seu reino a milady Masham; e não o teria obtido, não teria até talvez nascido, se a riqueza de Marlborough tivesse sido mais amável, mais lisonjeira com a rainha de Inglaterra. A existência desse príncipe em Nápoles dependia, afinal, dum salamaleque a mais ou a menos na corte de Londres (VOLTAIRE, 1978, p. 114).

Graças às suas consequências para toda uma cadeia de acontecimentos significativos para o destino e o sucesso do rei, umas “ridículas questiúnculas” entre senhoras tornaram-se um fato importantes para a História.

Voltaire vai ainda mais além neste argumento quando faz questão de sublinhar que “nem tudo é compacto na natureza, há vazios, lacunas, e que nem todo movimento se propaga progressivamente, até dar a volta ao mundo” (VOLTAIRE, 1978, p. 115). Os fatos deviam se encaixar uns nos outros, como as leis físicas de causa e efeito, de modo que a relação interna entre eles pudesse se converter em um sistema maior. E assim, como os acontecimentos presentes não são os legítimos filhos de todos os acontecimentos do passado, também de nada lhes servem mil pequenas linhas colaterais. É a linha mestra que importa à História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo um formato muito difundido na Europa do século XVIII, Voltaire publica o seu Dicionário Filosófico em 1764. Composto por mais de cem verbetes, a obra carregava um forte conteúdo crítico, trazendo denúncias contundentes a respeito dos antigos valores que passavam agora a ser entendidos como sinais da irracionalidade e dos preconceitos há muito tempo propagados pelas autoridades eclesiásticas e civis. Visando a educação do homem comum com vistas ao exercício do senso crítico através da liberdade de pensamento, assim como outros intelectuais iluministas, Voltaire acreditava que seus textos eram instrumentos da revolução espiritual do gênero humano, fundamentada sobre o princípio da racionalidade e da convicção de que por meio do projeto pedagógico civilizatório da Ilustração o homem alcançaria seu auto aperfeiçoamento.

Cabe advertir que, embora esta perspectiva civilizatória tenha surgido e se propagado na Europa do século XVIII, no contexto da crítica à ordem absolutista e eclesiástica, seus princípios se tornaram uma espécie de marco de nascimento da modernidade ocidental, vista pretensamente como um processo universal capaz de abarcar toda a humanidade em todos os tempos e espaços. Como vimos anteriormente a partir das análises de Koselleck (1999), esta perspectiva iluminista

surgiu como fruto das experiências próprias de uma Europa em crise, mas que concebeu seus próprios valores como se estes fossem válidos universalmente.

O estudo empreendido no presente artigo sobre o conceito moderno de História tal como definido por Voltaire em seu Dicionário Filosófico, tomou como referências estas perspectivas gerais desenvolvidas a partir do século das Luzes. Por meio da análise do verbete História, bem como do verbete cadeia dos acontecimentos, procurei discorrer sobre como o filósofo apresentou os fundamentos gerais, os métodos e a escrita da História segundo valores ocidentais e modernos, condizentes com o princípio iluminista da razão.

Vimos que, ao mesmo tempo em que combatia alguns dos pressupostos clássicos da narrativa histórica, como a falta de preocupação com a verdade dos fatos e o excesso de importância da exemplaridade das histórias dos grandes homens do passado e de seus grandes feitos, Voltaire apresentou outros princípios que deveriam orientar o entendimento da História. O primeiro desses princípios já aparece na frase que inicia o verbete: a História, ao contrário da fábula, deve ater-se exclusivamente à verdade, não mais se prestando ao papel de difundir exemplos de ação para os homens do presente segundo as histórias do passado. A partir do exposto, cabe concluir que, segundo este conceito moderno da História que se desenvolve no século das Luzes e aparece de modo emblemático em Voltaire, o historiador deveria exercer domínio sobre a diacronia, a fim de compreender a conexão oculta entre acontecimentos diversos num tempo que passava a ser entendido como retilíneo e processual, superando assim o caráter único e desconectado dos fatos passados a fim de lançar luz sobre o encadeamento interno que os liga, entendimento que será desenvolvido ainda com mais força no século XIX, a partir do enlace entre Filosofia de História e ideologia do progresso.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. “História e narrativa”. In: MATTOS, Ilmar R. **Ler e escrever para contar**. Rio de Janeiro, Access Editora, 1999.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspetiva, 2003.
- ARISTÓTELES. **Da Arte Poética**. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- AUERBACH. **Mimesis**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- CASSIRER, Ernst. **A filosofia do Iluminismo**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**. Rio de Janeiro: Eduerj: Contraponto, 1999.
- _____. **Futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

SANTANA, Christine Arndt de. “O Dicionário Filosófico de Voltaire: arma em favor da educação”. In: **Revista de Tempos e Espaços em Educação**, UFS, v. 3, jul./dez. 2009

VOLTAIRE, François Marie Arouet de. **Dicionário filosófico**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

WHITE, Hayden. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

Recebido em: 15 de Novembro de 2017

Aceito em: 12 de Dezembro de 2017

¹Doutora em História Social da Cultura pela PUC-Rio. Professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA, vinculada ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História. E-mail: viviane.araujo@unila.edu.br